

ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

RECURSOS E ESTRATÉGIAS DOS OFICIAIS DE ORDENANÇAS: a busca pela autoridade e mando em Minas colonial

Ana Paula Pereira Costa
Mestranda em História Social pela UFRJ – bolsista Faperj

Tendo como pano de fundo o Império Luso, o presente trabalho se dedicará a analisar o processo de estruturação e reprodução de um grupo social privilegiado, a saber, os oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica entre 1735 e 1777. A reflexão se desenvolve através da análise das estratégias e/ou recursos de que este oficialato dispunha para consolidar suas posições de mando, uma vez que era fundamental que o ocupante de um posto nas Ordenanças obtivesse autoridade e reconhecimento público e social para que conseguissem tornar-se face visível do poder.

Para o esclarecimento das questões expostas partiremos para a adoção de esquemas interpretativos que enfatizam a experiência e as ações sociais dos atores. Importante ressaltar que a adoção de uma abordagem centrada na ação social retratará os atores como movidos por forças internas do próprio processo social. Apesar das estruturas extra-individuais existirem na sociedade, estas, acreditamos, não possuem existência autônoma, independente dos indivíduos: são produzidas por eles. O suposto aqui defendido é que os indivíduos podem alterar os fundamentos da ordem vivenciada a cada momento sucessivo no tempo histórico: eles não carregam dentro de si as normas sociais; estas são formadas nas interações entre os atores.

Desta maneira, um excelente interlocutor para pensarmos esta relação micro/macro será Fredrik Barth. Inspirado na matriz de análise weberiana, F. Barth destaca a ação social como uma das chaves para o entendimento da sociedade, assinalando que seu resultado depende das ações paralelas, ou reações, de outras pessoas o que significa dizer que não nos devemos

prender a comportamentos formais e sim aos processos dos quais eles são produtos¹. Nesta perspectiva, um comportamento humano não é mais a consequência mecânica da obediência a uma norma e somente será explicado se apreendermos a utilidade de suas conseqüências em termos de valores adotados pelos atores e pela compreensão da conexão entre os atos e resultados².

Para Barth:

“O ponto de partida na análise de uma sociedade é entender o ponto de vista dos próprios atores, pois, assim se percebe o sistema agregado não pela sofisticada operacionalidade e índices bens medidos, mas pelas categorias cognitivas compartilhadas e os valores dos participantes do sistema”³.

Assim, entender o lugar dos eventos sociais no contexto da sociedade e da cultura que observamos é um passo fundamental na pesquisa, mas como fazer isso? A partir da observação de tais eventos em padrões de expectativas ou obrigações no sistema social, bem como a partir da observação do entrelaçamento do comportamento com as necessidades do viver cotidiano⁴.

O argumento básico da obra de Barth é que a ação é fruto da escolha dos atores e se tais escolhas dão certo elas se institucionalizam. Assim, para se entender um comportamento é necessário descrever o processo que o gerou e desta forma ter acesso aos valores que norteiam as ações dos indivíduos, as estratégias e recursos dos mesmos para que consigam maximizar ganhos. O processo que gera uma ação se refere a algo que governa e afeta as atividades; que restringe e conduz possíveis cursos e eventos. Por isso a descrição de um processo de interação deve conter muito mais que uma lista de obrigações recíprocas, deve-se levar em conta, sobretudo o que governa o curso dos eventos, isto é, o valor norteador das ações, pois os padrões de comportamentos são gerados a partir de um conjunto de valores compartilhados. O valor é identificado por escolhas que se repetem, que adquirem regularidade. Segundo Barth, valores são o que as pessoas pensam e como agem sobre determinado fim. São julgamentos. A institucionalização de novos valores através de ações é acompanhada pelo desenvolvimento de avaliações novas e mais consistentes, abrangendo e integrando um largo

¹ROSENTAL, Paul André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microhistória” In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 157.

²BARTH, Fredrik. “Anthropological models and social reality”. In: **Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. Vol 1. p.14-31.

³Idem, p. 23.

⁴Ibidem, p.24-25.

campo da cultura. Quando novos valores passam a reger escolhas significa que eles foram apropriados, ou seja, a inovação surge quando novas formas de julgamento e ações são feitas⁵.

Este modelo guiado pela geração do processo analisa as escolhas para perceber como se dá a interação entre as pessoas onde, através do que o autor denomina de transação (sequências de interações sistematicamente governadas pela reciprocidade), é possível perceber as limitações e possibilidades dos atores. Relevante ressaltar que este processo tem uma mobilidade e o resultado dele não necessariamente é o que os atores esperavam visto que existe a ação do outro – a incerteza – como um dos componentes deste processo de interação. Como em Barth o indivíduo é pensado de forma relacional, isto é, em suas relações com outros indivíduos, o social assume uma dimensão dinâmica uma vez que muitos elementos estão envolvidos na tecitura do sistema: estratégias, incerteza, concepções e necessidade diferenciadas, onde através da ação de um sujeito é possível perceber a desordem do sistema⁶.

Cabe sublinhar que para a interação dar certo é preciso que ambas as partes saiam satisfeitas (pois as interações são feitas entre pessoas com valores diferentes) e os agentes tem concepções diferenciadas do que é ganhar e é isso que dá equilíbrio ao sistema. Como a ação visa maximizar ganhos, o uso da comparação ente as ações é fundamental visto que, possibilita observar qual ação trará maiores ganhos. Ressalte-se que a possibilidade de fracasso também existe bem como um ganho mínimo dentro do que se almejava⁷. Assim o produto das ações coletivas não é apenas o resultado da agregação de uma cultura diferenciadamente distributiva: ela irá reproduzir as diferenças entre as pessoas, e não reduzi-las. Desta forma, o social é analisado como um conjunto de inter-relações dentro de configurações em constante adaptação, na medida em que é constantemente feito pelo conflito e negociação. Não se ignora a construção dada a priori, mas sua significação é dada nos usos sociais de que são objeto⁸.

Saliente-se que a busca por maximização de ganhos pode ser realizada por diferentes escolhas e caminhos, mas que são norteados pela mesma matriz de valores e a comparação é um meio de observar, por diferentes trajetórias individuais, esta “gama de possíveis”. Em outros termos, a partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de

⁵BARTH, Fredrik. “Models of social organization II: processes of integration in culture”. In: **Process and form in social life...** op. cit., p.48-60.

⁶BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p.107-139.

⁷BARTH, Fredrik. “Models of social organization III: the problem of comparison”. In: **Process and form in social life...** op. cit., p. 61-75.

⁸REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escala...** op. cit., 1998. p. 26.

mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação⁹.

Isto posto, procuraremos refletir acerca dos meios privilegiados pelos oficiais de Ordenanças para consolidarem suas posições de mando analisando-os como seres racionais e sociais que perseguem objetivos; onde as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que eles mantêm. Eles se situam, portanto nas redes de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que mantêm e caracterizam a vida social, sendo suas ações dependentes da posição que ocupam e de sua imagem ante ao grupo ao qual pertencem.

Autores como Caio Pardo Jr. e Raymundo Faoro tem chamado atenção para o fato das Ordenanças terem desempenhado importante papel como componente da administração lusa na colônia. Ao distribuir patentes militares entre os colonos o rei acabava por ajustar a administração colonial, pois através da posse de uma patente e de certa parcela de autoridade pública, os poderosos locais auxiliavam a resguardarem a ordem e lei metropolitanas e a Coroa, desta forma, punha a seu serviço uma força poderosa que de outro modo seria difícil controlar.

Entendemos que o exercício de autoridade do oficialato dependia do reconhecimento social desta autoridade por parte dos oficiais régios e das populações subalternas. Para serem reconhecidos como um grupo de “qualidade superior” necessitavam do “consentimento” da sociedade¹⁰.

Assim sendo, se os oficiais de Ordenanças exerciam funções reguladoras, se auxiliavam no ordenamento social e conseqüentemente a Coroa em seus propósitos normatizadores, pressupõe-se que tinham recursos para tanto, isto é, pressupõe-se que possuíam autoridade suficiente para o fazê-lo, sobretudo se levarmos em conta que para preenchimento de tais postos eram escolhidos os “*principais da terra*”, como a própria legislação portuguesa estabelecia. Em outras palavras, se para a eleição dos postos de Ordenanças se escolhiam as pessoas principais das localidades, ou seja, homens com capacidade de mando, faz-se primordial entender que elementos propiciavam a aquisição deste mando e o que fazia certos indivíduos serem vistos como tais.

Na análise de tal questão priorizaremos os relatos de carta patente destes homens onde expunham todo um *modus operandi* destacando “serviços” que nos permitem entender que

⁹FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado. p. 258.

¹⁰FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” In: BICALHO, Maria F.; FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 58.

padrões de comportamento eram mais acionados para conseguir atingir certos fins, ou seja, que tipo de comportamento orientava suas escolhas, o que se privilegiava como mecanismo de ação.

Entendemos que os oficiais de Ordenanças possuíam como valor norteador de suas ações em Minas colonial a busca por legitimação e maximização de sua prerrogativa de mando nas *conquistas*. Vários eram os meios de atingir tal objetivo, dentre outros, através da obtenção de títulos, de benesses reais, de cargos honrosos, cujo alcance se dava através de alguns recursos e/ou estratégias deste oficialato.

Vejamos dois casos em que o valor norteador das ações dos oficiais de Ordenanças, bem como os recursos de que dispunham para maximizar ganhos, no sentido de terem mais margem de manobra dentro dos limites e condições da ordem colonial, ficam explícitos.

André Álvares Rainho, natural do reino era morador no distrito de Taquaral e Padre Faria e ocupava o ambiente das Ordenanças desde 1738. Ainda em Portugal já adquiria experiência militar ocupando o posto de tenente do regimento da artilharia do reino. Além de mencionar a ocupação do referido posto como forma de valorizar sua capacidade e merecimento destaca ainda o desempenho em importantes cargos administrativos, os quais aumentavam ainda mais seu valor social e que agora estavam sendo utilizados na tentativa de obtenção de uma nova patente militar, a de capitão de cavalaria, que lhe acarretaria ainda mais prerrogativa de mando, além de privilégios e *status*. Nos dizeres do governador da capitania Gomes Freire de Andrada:

“[...] André Álvares Rainho é homem de muitos merecimentos e capacidades. Serviu de guarda mor nesta vila dois annos sendo elleito pela sua capacidade, foi também, tesoureiro geral da casa de moeda e fundição que exerceu com louvavel procedimento (...) sendo também os sojeitos de maior distinção da capitania¹¹”.

O caso de Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos também ilustra bem quais eram os recursos que os oficiais podiam lançar mão para adquirir mais mercês e desta forma maximizar seus ganhos. O referido oficial era natural da Figueira, comarca de Coimbra, casado com D. Maria Correa Galas, morador em Vila Rica e tinha a ocupação de mineiro. Desde 1735 ocupava o ambiente das Ordenanças através do posto de alferes em uma companhia de cavalaria. Esta companhia de cavalos integrava um dos quatro regimentos de cavalaria de Ordenanças criados por Gomes Freire de Andrade em 1735 para melhor militarizar o país e para socorrer o Rio de Janeiro no caso de ataque inimigo. O fato de Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos ter sido escolhido para ocupar um dos postos destes novos regimentos criados, denota o grande prestígio que ele já devia possuir nesta sociedade, e que ao ser escolhido para ocupar tal

¹¹AHU/MG/cx: 34, doc: 11. Grifo meu.

regimento maximizava ainda mais, uma vez que Gomes Freire estipulou que os *novos oficiais deveriam ser escolhidos entre as pessoas de maior distinção e capacidade da capitania*¹². Em 1741 tornou-se tenente de cavalos na mesma companhia, e em 1764 Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos solicitou nova patente, desta vez de capitão, no lugar de Francisco da Silva Machado que desistira do posto em razão de *se achar avançado em annos e padece queixas que o impossibilitão de montar a cavallo e por este motivo não poder continuar no real serviço*¹³.

Porém, sua bem sucedida carreira militar numa companhia tão prestigiada, não fora suficiente para conseguir a confirmação no posto de capitão de cavalaria. Desta forma, a fim de reafirmar os merecimentos que o tornavam capacitado para ganhar tal patente, Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos argumenta que além de *ser pessoa distinta e estar estabelecido com lavras e roças e viver abonado de bens*, prestou outros serviços a Coroa como o exercício de cargos na câmara de Vila Rica, no caso o de juiz almotacé e vereador, *aos quais se tem conservado com a mesma autoridade e honra*. Vejamos seu desempenho nestes cargos relatados pelos próprios vereadores:

*“[...] assistiu a todas as vezes em que se fazia preciso a sua assistencia(...)e no anno que estava **servindo de vereador** concorreu com seu votto para se estabelecer o novo subsidio que a dita comarca ofereceo a V. Magestade por carta que esta recebeo por causa do estrago que causou o terremoto na cidade de Lisboa obrando em tudo com muito acerto e por ser pessoa distinta foi eleito pela mesma camara com assistencia do capitão-mor desta vila António Ramos dos Reis no posto de capitam de cavallos de Itatiaia pelo qual julgamos abil para todos os empregos da Republica[...]*¹⁴”.

A fim de garantir a obtenção da dita patente, e assim aumentar sua prerrogativa de mando, Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos aciona um outro papel social por ele desempenhado que também era muito valorizado nesta sociedade: o de camarista, denotando que os agentes sociais podiam possuir vários *status* (isto é, recursos, direitos e deveres) num mesmo contexto. Na sociedade aqui enfocada, o mesmo indivíduo podia ser simultaneamente: oficial, camarista, comerciante, senhor de escravos, entre outros, ou seja, o sujeito era multifacetário e jogava com todas essas possibilidades. Ressalte-se que o uso de cada um destes *status* na maximização de ganhos dependia da situação em questão, dada pelo processo de interação. Por isso, para Barth o processo é sempre uma barganha, pois é

¹²AHU/MG/cx: 84; doc: 26.

¹³Idem.

¹⁴Ibidem, grifos meus.

formado por agentes com *status* diferentes que vão estabelecendo estratégias, ou seja, para ele o processo é sempre algo tenso¹⁵.

Por estes exemplos nota-se que entre os recursos utilizados por estes indivíduos para conseguir maximizar sua autoridade estão o fato de terem uma certa experiência com assuntos militares na ocupação de outros postos, exercer cargos públicos e ser abonado de bens. Era comum que os oficiais ocupassem vários postos militares e por longos períodos de tempo, lhes dando assim certa experiência em relação a tais assuntos, além de abrir espaço para a formação de uma memória de um passado permeado por lutas e adversidades em que tais vassalos eram muitas vezes pródigos em demonstrar dedicação e lealdade. Em troca, podiam alcançar o reconhecimento do rei com o agraciamento de títulos, privilégios e honras; elementos que operavam as distinções hierárquicas no seio deste grupo.

O exercício de cargos públicos era também um importante mecanismo de diferenciação social, principalmente os que se referiam aos cargos de governança, pois a ocupação de tais postos era meio de se obter o reconhecimento público de *status* e traduziria uma assimilação por parte das elites locais.

O ser abonado de bens, ou seja “viverem dos bens ou rendimentos que administravam”, e o “viver nobremente e distintamente” eram também elementos importantes na classificação e designação dos oficiais, principalmente se lembrarmos que existiam diferenças de *status* e de nível econômico no seio deste grupo. Nuno Gonçalo Monteiro já destacara que desde o século XVII as intervenções legislativas da Coroa se encaminharam no sentido de garantir que os postos de Ordenanças, bem como de vereações, fossem ocupados pelos *principais da terra*. Em relação aos capitães-mores, por exemplo, o alvará de 1709 diz que a escolha de indivíduos para tais postos deveria recair sobre “*pessoas da melhor nobreza, cristandade e desinteresse*”, pois assim acreditava-se adquirir garantias de desinteresse e independência no desempenho de seus ofícios no sentido de poder viver para eles sem deles viverem, o que, entretanto, não impedia que o contrário ocorresse¹⁶.

Desta forma, os oficiais se percebem e são percebidos enquanto tais a partir de elementos fulcrais desta sociedade que tem o prestígio social, ligado, sobretudo ao exercício do poder público e ocupação de cargos honrosos, como um de seus pilares denotando que as modalidades de percepção e de ação coletivamente desenvolvidas no sistema de interações

¹⁵BARTH, Fredrik. “Analytical dimensions in the comparison of social organizations”. In: **Process and form...** op. cit., p. 119-137.

¹⁶MONTEIRO, Nuno G. “Os concelhos e as comunidades”. In MATTOSO, José (org.) **História de Portugal**. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4.p. 289.

são individualmente incorporadas. Em outras palavras, e conforme destacou J. Maravall, este grupo justificava seu poder fundamentando-o em elementos que são aceitos coletivamente¹⁷.

Outro recurso que estes oficiais podiam utilizar para ter acesso a benefícios e mercês e, portanto, a meios de aumentar seu prestígio, era oferecer suas “fazendas” e escravos na defesa das *conquistas*. A título de exemplificação destaco Bento Ferraz Lima. Em 1735 este oficial solicita confirmação de carta patente de capitão-mor de Catas Altas, posto que, nos dizeres do governador André de Mello e Castro, Bento Ferraz Lima era merecedor por ser *pessoa de muitos merecimentos, pella sua fidelidade zello e valor com que sempre se distinguiu neste paiz não só pella aceitação de todos como para o real serviço empregandosse nele com todo o affecto sempre que veio ser preciso*¹⁸. Estas ocasiões a que se refere o governador foram quatro momentos distintos: a perturbação causada pelo coronel João Barreiros e pelo Juiz de Cayeté *por juntarem armas e perturbarem os povos*, situação em que, por ordem do Conde de Assumar, Bento Ferraz Lima ***acudiu com vinte escravos seus armados, dando calor à prisão e conduzindo os presos com toda a segurança***. Na marcha que o dito oficial fez para o morro do Carassa para atacar quilombos *de onde saião continuamente negros a fazer brutalidades no que dispendeo sua fazenda considerável parte por levar escravos armados*. A sua atuação no levante de Pitangui mandando, por ordem do Conde de Assumar ***ir para aquela vila vários escravos armados com hú homem branco que lá estiverão dois meses the ficar o paiz na devida obediência***. E por último sua atuação no levante de Vila Rica:

*“[...] quando intentarão os moradores das minas reduzir a republica as terras deste governo expulsando delle governadores e justiças vindo promptamente de sua casa por ordem do governador a incorporarsse com elle marchando em sua companhia para Vila Rica com muitos escravos armados onde lhe assistio, the se extinguir a rebelião [...] e mais uma vez dispendeo seus escravos para conduzir os presos com segurança ao Rio de Janeiro*¹⁹”.

Os relatos da carta patente de Bento Ferraz Lima denotam que este oficial possuía um bom relacionamento com os governadores desde os primeiros tempos das Minas, pois sempre obedeceu com *fidelidade zello e valor às ordens dos governadores deste paiz*. Além disso, os serviços por ele prestados mostram em parte como era atuação dos oficiais de Ordenanças no território mineiro, cuja ação envolvia manter a ordem interna, que nos primeiros tempos das minas era notadamente tênue, devendo os mesmos enquadrarem os vassallos na *devida obediência*, sejam eles negros aquilombados ou membros insubordinados da elite.

¹⁷MARAVALL, José António. **Poder, honor y élites en el siglo XVII**. Madrid: siglo XXI de Espanha editores, S. A, 1989, 3ª edição. p. 164.

¹⁸AHU/MG/cx: 29; doc: 77.

¹⁹Idem, todos os grifos são meus.

Pela carta patente de Bento Ferraz Lima ficamos sabendo também que ele era dos primeiros povoadores das Minas, pois ajudou, por ordem de D. Lourenço de Almeida, no estabelecimento das Casas de Fundação e Moeda em Vila Rica no início do século XVIII. Na condição de “primeiro povoador” podia adquirir sesmarias, cargos administrativos além de atuação na câmara, o que lhe propiciava transformar-se num dos *melhores da terra*. De fato, pelo tempo que permaneceu na dita capitania como oficial tornou-se *pessoa bem quista e de muito respeito, concorrendo com seu exemplo e persuasão para aumento dos quintos*. Tais qualidades ajudaram-no a *ocupar cargos honrosos na republica mostrando acerto e fidelidade desprezando sua fazenda pella honra do real serviço*, além, de ajudá-lo a ganhar a patente de capitão-mor²⁰.

Pelo quadro esboçado, nota-se que os oficiais se apropriaram da própria história colonial para garantir a defesa de interesses na medida em que se incluíam nela, colocavam-se ao lado dos vencedores, proclamavam seus feitos heróicos e glórias sendo isso também utilizado como um recurso por parte deste oficialato. Nicolau da Silva Bragança é um caso exemplar neste sentido. Natural da cidade do Porto, saíra de sua terra natal em 1705 embarcado na fragata Nossa Senhora da Graça sob comando do capitão José Sardinha cujo destino era o Rio de Janeiro “*saindo do porto de Lisboa em 28 de abril do dito anno comboiando uma nau da India e mais 20 navios ao Rio de Janeiro onde entraram em 30 de Julho*”. Nicolau da Silva Bragança atuara nesta viagem como praça de soldado da Companhia da 3ª Armada o qual, nos dizeres do capitão do navio, “*em todo o decurso desta viagem fez suas obrigações de soldado, obedecendo ao real serviço e a tudo que eu e outros oficiais lhe foi mandado e merece toda honra que V. Mag. for servido fazer lhe*”²¹. Chegando ao Rio de Janeiro foi mandado servir no presídio de Santos *com passagem por ordem do general do Rio de Janeiro e lá serviu por alguns annos*. Em 1708:

*“[...] na ocasião em que um homem regulo chamando Bento Fernandes de Faria que intentava invadir com 112 homens armados o dito presidio **Nicolau da Silva Bragança acudiu o governador della** para desalojar os infratores com honra e acerto dando conta de tudo que se lhe encarregou”*²².

Em 1721, já em Vila Rica, por ordem do Conde de Assumar:

*“[...] **marchou para Vila do Carmo armado com seus escravos e outro companheiro para guarnecer o governador contra os intentos dos amotinados** hindo no destacamento que foi prender José da Silva Guimarães e Francisco Xavier cabeça dos soblevados, **marchando com o mesmo Conde a***

²⁰Ibidem, grifo meu.

²¹AHU/MG/cx: 1; doc: 9.

²²AHU/MG/cx: 36; doc: 75. Grifo meu.

socegar Vila Rica donde por ordem sua foy acompanhar os cabeças da mesma sobelavação the fora da comarca [...]”²³.

Além disso, Nicolau da Silva Bragança serviu por muito tempo como provedor dos quintos da freguesia do Furquim e “[...]achandosse na cobrança delles fazendo todo este serviço a sua custa procedendo em tudo com grande honra e acerto obrando da mesma sorte no posto de sargento-mor do Brumado e Rio abaixo”²⁴. Após listar todos estes serviços prestados à Coroa, Nicolau da Silva Bragança envia um requerimento ao Conselho Ultramarino solicitando que, em reconhecimento a toda a sua lealdade ao rei, lhe seja concedido *graças*, um reconhecimento que parece ter sido dado visto que em 1750 aparece como cavaleiro professo da Ordem de Cristo pedindo, em paga de seus serviços, a mercê de se lhe conceder 400\$000 de tença para repartir por 3 irmãos²⁵.

Assim como o fato de ser abastado de bens, viver distintamente e nobremente, exercer cargos públicos foram utilizados como recursos por parte deste oficialato na busca de maximização de ganhos; os méritos provenientes da conquista, povoamento e defesa da colônia, por meio de um discurso que valorizava sua condição de herói na colonização da América, foram também muito usados neste sentido. Convém lembrar que os serviços de guerra e defesa da terra incluíam-se entre os mais enobrecedores e importantes para a concessão de cargos e títulos honrosos. Quando em suas petições estes oficiais se reportavam aos anos de serviços prestados ao rei e aos grandes feitos realizados por eles em combates a levantes, sossego dos povos, povoamento de novos territórios, estavam na verdade se apropriando dos valores e glórias da sociedade colonial para enaltecer suas ações, angariar reconhecimento social e obter uma explicação para sua condição de aliados à Coroa portuguesa, buscando inclusive valorizar-se aos seus próprios olhos. Em seus relatos evidenciam que procuravam se colocar na posição de vencedores, aliados as autoridades reinóis com as quais dividam as honras e glórias das conquistas militares, merecendo por isso as mercês do rei. Assumiam assim a identidade de subordinados, mas reelaboravam-na de forma a transformá-la em identidade gloriosa colocando-se como fiéis servidores do rei distante²⁶.

Se pensarmos que eram inúmeros os interesses dos vários agentes sociais presentes nesta sociedade e que a realização das expectativas de uns chocava-se com a de outros, gerando

²³Idem, grifos meus.

²⁴Ibidem.

²⁵AHU/MG/cx: 57; doc: 19.

²⁶ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 153.

conflitos, podemos perceber o quão difícil deve ter sido para a Coroa manter uma certa estabilidade e equilíbrio no funcionamento da sociedade colonial, sobretudo em se tratando da prática administrativa e de defesa.

Relevante ressaltar que os atores estão posicionados de forma diferenciada e, por isso, para se entender certos comportamento deve-se considerar a posição de cada membro. É em momentos de conflito que fica claro qual a posição diferenciada dos atores, é através disto que percebemos que a cultura é distributiva, ou seja, que a cultura não é homogênea já que, mesmo entre pessoas de igual estatuto os comportamentos não são os mesmos, pois, se os limites são similares os recursos são diferentes²⁷. Com base nestas premissas é que podemos entender melhor como se processava as disputas por postos nas Ordenanças como o ocorrido entre o sargento-mor João da Silva Tavares e José da Silva Pontes. Em 1775 João da Silva Tavares envia um requerimento ao Conselho Ultramarino queixando-se do modo como se procedeu a elevação do posto de capitão-mor de Mariana e solicitava sua nomeação para o mesmo. Para reafirmar o porquê era digno de tal graça, lança mão de todos os recursos de que dispunha. Neste sentido destaca:

“[...] sua sempre fiel atuação em nome Del Rey com o maior disvello, actividade e honra e distinção há mais de 19 annos no posto de capitão de cavalaria da ordenança do Inficcionado de cujo posto passou ao de sargento-mor que exercita desde de 1773 servindo com geral aceitação dos povos, seos superiores e sobalternos como se vê da atestação do ouvidor-geral e corregedor da comarca²⁸”.

Além disso, destacava também sua atuação como juiz de órfãos que serviu nos anos de 1772 e 1773 onde:

“[...] se portou com notorio zello e desinteresse; além de ter sido também, guarda-mor substituto da repartição das terras e agoas mineiras em Catas Altas, cuidando muito em compor discórdias, inquietações e pondo em boa arrecadação o real subsídio e interesses régios em que tem feito grandes despesas de sua própria fazenda a sua custa sem ter soldo algum²⁹”.

Reclamara que:

“[...] sucedendo a falecer o capitão-mor da dita cidade José da Silva Pontes e querendo a câmara proceder a eleição do dito posto se antecipou o corregedor da comarca a intimidar os senadores da parte do capitão general e governador da capitania António Carlos Furtado de Mendonça para que votassem em primeiro lugar em José da Silva Pontes, filho do dito capitão-

²⁷BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**... op. cit., p.107-139.

²⁸AHU/MG/cx: 108; doc: 45.

²⁹Idem.

mor defunto, que atualmente serve a S. Mag. em praça de cadete nas tropas pagas de dragões de Vila Rica³⁰.

Temos aqui um caso que demonstra bem como que na interação as partes procuram maximizar ganhos colocando em prática um jogo de estratégias. Estas consistem em uma seqüência de prestações recíprocas que representam os sucessivos movimentos no jogo. A estratégia engloba a tentativa de maximizar valores por uma série de escolhas numa situação concreta. O valor pode ser o mesmo, mas a estratégia para alcançar um objetivo pode ir se modificando com o tempo³¹. Percebe-se que da parte de José da Silva Pontes (filho) o recurso acionado foi a rede de relações na qual se inseria visualizada pela intromissão do governador junto aos vereadores da câmara para que estes indicassem na lista tríplice, pela qual se realizava as eleições para postos nas Ordenanças, seu nome em primeiro lugar a fim de garantir a aquisição da mercê em jogo. Este seria um poderoso recurso e que, provavelmente, garantiria a José da Silva Pontes a posse de tal patente não fosse o fato de João da Silva Tavares ser homem de tanto prestígio e ter tanta experiência em termos militares, além de “*ser pessoa muito rica que sempre se tratou a ley da nobreza com armas, cavalos e criados*”³². Não bastassem todos estes recursos que o dito possuía para argumentar em seu favor na decisão deste pleito, pedindo assim a invalidação da eleição feita pela câmara, João da Silva Tavares atenta ainda para as limitações de José das Silva Pontes, entre estas destaca:

***“[...] que é da real intenção de V. Mag. que não saia das Tropas Pagas indivíduo algum para as Ordenanças e que para as ocupações de capitão mor sejam propostas pessoas com inteligência e abastados de bens da melhor nobreza e o dito José da Silva Pontes não tenha cousa alguma de seo*”³³.**

Barth já alertara que não se deve descartar o limite previamente dado pelas ações do outro, pela incerteza na análise das relações sociais, ou seja, a rede social é feita pelas inter-relações dentro de uma “gama de possíveis”. A ênfase dada à heterogeneidade social que, para Barth, em toda sociedade prevalece em termos de distribuição de recursos, evidencia que cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria e que depende dos recursos de que dispõem³⁴.

Considerações Finais

³⁰Ibidem. Todos os grifos são meus.

³¹BARTH, Fredrik. “On the study of social change” In: **Process and form in social life...** op. cit. p. 105-118.

³²AHU/MG/cx: 116; doc: 58.

³³AHU/MG/cx: 108; doc: 45. Grifos meus.

³⁴ROSENTAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro” op. cit., p. 155-157.

No presente texto vimos que vários eram os recursos e meios de estabelecer estratégias dos oficiais de alta patente das Companhias de Ordenanças que lhes garantissem acesso a posições privilegiadas e, portanto, meios de reprodução desta elite. Destacamos o fato de terem uma certa experiência com assuntos militares na ocupação de outros postos, exercer cargos públicos, ser abonado de bens, viver distintamente e nobremente e terem participado dos méritos provenientes da conquista, povoamento e defesa da colônia. A permanência destes oficiais por longos períodos de tempo no âmbito militar, bem como sua presença em diferentes postos militares fez com que estes indivíduos se apropriassem, não só dos códigos lusitanos para defenderem suas reivindicações, mas também da própria história colonial, incluindo-se nela, colocando-se ao lado dos vencedores, proclamando seus feitos heróicos e glórias, enfim identificando-se ante as autoridades como agentes ativos do projeto colonizador. Em outras palavras, assumiam a identidade de subordinados, mas reelaboravam-na de forma a transformá-la em identidade gloriosa colocando-se como fiéis servidores do rei distante.

Tais elementos eram socialmente reconhecidos pelos povos como recursos legitimadores do poder do oficialato analisado, e este soube muito bem utilizá-los, na medida em que propiciavam a estes indivíduos prestígio, poder político, numa palavra, maximização de ganhos para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população.

Portanto, no próprio processo de interação, os oficiais foram adquirindo o instrumental necessário que lhes permitiam sobreviver e adaptar-se ao mundo colonial em formação e sabiam lançar mão dos recursos disponíveis nos momento apropriados. Afinal ser capitão-mor, sargento-mor, capitão, coronel, etc. era uma forma de identificação no mundo colonial que muitos indivíduos passaram a assumir instalados nas *conquistas* e essa identificação definia seu lugar social na hierarquia do Antigo Regime que, além de lhes impor uma série de obrigações, lhes garantiam também direitos que faziam questão de usufruir.

Ressalte-se, porém que o que chamamos aqui de elite não é um grupo homogêneo e uniforme e, conseqüentemente, perfeitamente configurado. Os próprios exemplos citados revelam que este grupo não se encaixa em um estrato específico visto que oferecem níveis diferenciados de estratificação. O exercício de cargos administrativos, o poder concelhio, os hábitos das ordens militares, e outras benesses distribuídas pela Coroa funcionaram como um fator de diferenciação no seio deste oficialato. Deste modo, não se deve especificar o campo de atuação do oficial ou o fundamento de sua força (riqueza, poder político, categoria social) para caracterizá-lo como elite, mas que motivações de diferentes naturezas – política, econômica, militar, religiosa, etc. – se sobrepõem e atuam conjuntamente na definição do grupo, qualquer

que seja a procedência dos agentes³⁵. E principalmente é fundamental que o indivíduo tenha a convicção de que para assumir a função de oficial possui os valores, os recursos, os méritos que o tornam capacitado para tanto, ou seja, é importante ter autoridade e reconhecimento público e social.

Como assinala N. Elias, numa sociedade de Antigo Regime, para que os indivíduos conseguissem manter sua condição de elite, ou de oficial neste caso, fazia-se necessário estar em constante movimentação nas teias sociais que permeavam seu cotidiano. Por ser esta uma sociedade marcada por tensão permanente, a estagnação podia ser fatal para aqueles que almejassem ascender socialmente³⁶. Por estagnação entendemos o não aproveitamento dos recursos de que este oficialato dispunha nesta sociedade para adquirir mais prestígio e aumentar suas posições de comando; recursos estes que surgiam das próprias relações sociais que eles mantinham e que em última instância denotava autonomia e autoridade política por parte destes indivíduos.

³⁵MARAVALL, José António. **Poder, honor y élites en el siglo XVII...** op. cit., p. 156-157.

³⁶ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, partes III, IV, V e VI.